

A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA (2003-2010)

The South-South cooperation in the Government Lula's Foreign Policy (2003-2010)

André Luiz Reis da Silva¹

Luiza Salazar Andriotti²

INTRODUÇÃO

Durante o governo Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), percebe-se que há um novo rumo nas relações internacionais do Brasil. Dessa forma, considera-se que a política externa brasileira na primeira década do novo milênio está se constituindo sobre uma nova matriz de inserção internacional, que busca aprofundar a integração regional na América do Sul, retomar a tradição multilateral do Brasil de perfil crítico às assimetrias internacionais, a busca de parcerias estratégicas com países similares em todos os continentes. Assim, desde 2003, é possível observar uma tendência de crescimento das relações com os países em desenvolvimento a fim de diversificar as relações políticas e econômicas do país como resposta aos novos constrangimentos do sistema internacional:

“A multiplicação de desafios à política externa, em razão da diversificação, seja de atores internacionais (com o surgimento de novos Estados pela fragmentação da ex-União Soviética), seja de interesses (com o surgimento de novos temas ligados,

¹ Doutor em Ciência Política (UFRGS). Professor Adjunto de Relações Internacionais do Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da UFRGS. Pesquisador do Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS), com apoio da FAPERGS e do CNPq. E-mail: reisdasilva@hotmail.com

² Graduanda de Relações Internacionais UFRGS. Bolsista do CNPq. E-mail: lusandriotti@gmail.com

sobretudo, a demandas sociais), seja de conferências internacionais, requer correções de rumo.”(BRASIL, 2003, p.241)

Nesse contexto, o Itamaraty buscou aumentar a densidade de relações em espaços pouco ocupados pela diplomacia brasileira nos anos 1990, com a aproximação aos países sul-americanos, especialmente os andinos, da África Austral, países árabes e de Índia, China e Rússia. Além disso, a cooperação e aprofundamento de parcerias com esses países permitiram a construção de alianças de “geometria variável” como o G-3, G-20 e BRIC, ou seja, estas alianças potencializam as relações bilaterais do Brasil com países classificados como “parcerias estratégicas”. Ao reforçar suas alianças com países em desenvolvimento, o Brasil desvencilha-se gradualmente da influência das potências tradicionais, proporcionando uma maior autonomia (VISENTINI; SILVA, 2010)

O aumento das relações brasileiras rumo a novos eixos antes pouco explorados se mostra como uma forma de expandir as relações do país em relação ao período anterior, no qual o Brasil ainda não perseguia com tanta força a criação de relações com países que estivessem fora do eixo tradicional. A atuação internacional do país no período precedente é vista como “discreta e pouco incisiva” (BRASIL, 2003, p.242) pelos formuladores da política externa do governo Lula, uma vez que não teria explorado o potencial da cooperação com os países asiáticos, principalmente em relação à China e à Índia, e, muito menos, com os países africanos. A relação com estes últimos teria sido “... marcada, nos anos 1990, pela desaceleração dos contatos econômicos, comerciais e políticos” (BRASIL, 2003, p.242).

Dessa forma, a política externa do governo Lula buscou, desde o primeiro ano de mandato, ressaltar a importância da cooperação com os países em desenvolvimento e da expansão das relações do país fora do eixo norte-sul, sem, no entanto, menosprezar as suas relações com estes últimos. De acordo com a Mensagem ao Congresso Nacional de 2007, o Brasil estaria empenhado em “diversificar parcerias e aproximar-se do mundo em desenvolvimento, mantendo ao mesmo tempo os tradicionais vínculos com os países desenvolvidos” (BRASIL, 2007, p.185). As relações com a América Latina e com a África passam a adquirir um maior status dentro das relações brasileiras. Nas relações latino-americanas, passaram a ter prioridade as relações com os países da América do

Sul, principalmente com os pertencentes ao MERCOSUL. Também foram aprofundadas as relações com os países asiáticos, principalmente com a China, que em 2009 ultrapassou os EUA como principal parceiro comercial brasileiro, e a Índia, que se torna cada vez mais presente nas políticas de cooperação Sul-Sul devido, principalmente, a formação do fórum de diálogo IBAS (BRASIL, 2010, p.299).

Assim, este artigo tem como objetivo analisar a cooperação Sul-Sul desenvolvida durante do governo Lula, nos marcos das transformações ocorridas na política externa brasileira recente. Inicialmente, discute o conceito de cooperação Sul-Sul e sua importância para a inserção internacional do País. Posteriormente, analisa as prioridades e os projetos articulados para os países em desenvolvimento, bem como verifica o caso da “cooperação horizontal” promovida no âmbito do IBAS.

COOPERAÇÃO SUL-SUL: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

Durante as últimas décadas do século XX e no início do século XXI, o sistema internacional passou por intensas transformações, que obrigou os países a se adaptarem a uma nova realidade econômica e política. O avanço tecnológico sentido desde o século passado acabou por criar uma diferença ainda maior entre os países desenvolvidos do Norte e os países em desenvolvimento do Sul. Os países que não possuíam a capacidade de desenvolvimento para conseguir acompanhar a evolução tecnológica, que afetava as principais áreas da economia mundial, passaram a se tornar ainda mais dependentes dos países que tinham essa capacidade, pois se tornavam importadores de tecnologia e, na sua grande parte, também passavam a depender mais ainda da cooperação com os países do Norte. (SARAIVA, 2007)

Com o fim da bipolaridade da Guerra-Fria nos anos 1990 e a consequente formação de uma nova ordem internacional, a dinâmica internacional vê se consolidar a globalização produtiva e financeira (SOARES DE LIMA, 2005). Dessa forma, os países menos desenvolvidos do Sul se viram diante da necessidade de conseguirem se inserir de forma competitiva nesse novo ambiente político-econômico (RODRIGUES, 2010). Dessa forma, se intensifica a procura de meios através dos quais esses países poderiam promover um maior equilíbrio do poder internacional.

Mais recentemente, novos constrangimentos sistêmicos surgiram no cenário internacional. Com os ataques de 11 de setembro de 2001, inicia-se um momento de acentuado unilateralismo, o que leva a um maior incentivo por parte dos países do Sul a cooperar a fim de enfrentar as novas adversidades sistêmicas (RODRIGUES, 2010). Sendo assim, de acordo com Saraiva, a “nova conjuntura internacional após o 11 de setembro colocou a necessidade da diplomacia brasileira repensar sua inserção internacional reforçando a vertente multilateral e a aproximação com outros países do Sul” (SARAIVA, 2007, p. 55).

Essa tendência de maior aproximação entre os países do Sul pode ser identificada tanto como cooperação Sul-Sul quanto como cooperação horizontal (Pecequilo, 2008 e Rodrigues, 2010). O eixo Norte-Sul seria o eixo de relações verticais, enquanto o Sul-Sul o de relações horizontais, entre países em desenvolvimento, ou emergentes, com características semelhantes (PECEQUILO, 2008), ao contrário das diferenças existentes nas relações entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento no eixo vertical. A cooperação horizontal Sul-Sul teria como objetivo a promoção de ações conjuntas entre os países em desenvolvimento a fim de enfrentar os problemas em comum que afetam esses países. A fim de contornar os atuais constrangimentos sistêmicos e garantir uma melhor inserção política e econômica internacional, os países do Sul sentem a necessidade de promover uma coordenação com outros países na mesma situação, alinhando-se em relação a temas de interesse mútuo com o objetivo de equilibrar as desigualdades do sistema internacional (RODRIGUES, 2010). No caso do Brasil, a cooperação Sul-Sul é usada como instrumento para enfrentar os problemas de crescimento e desenvolvimento do país (SOARES DE LIMA, 2005).

Desde meados a década de 1990, apesar das diferentes estratégias usadas ao longo do tempo, o Brasil vem buscando a cooperação Sul-Sul tanto com os países mais próximos quanto com outros países considerados potências regionais (SARAIVA, 2007). Essa busca por alianças regionais e extra-regionais e a tentativa de diversificação da dependência brasileira em relação às potências do Norte (principalmente em relação aos EUA) se enquadram na estratégia de “equilíbrio” da política internacional brasileira,

ao contrário da anterior política de *bandwagoning* do Brasil em relação aos EUA, na qual a aliança especial com esse país guiava os passos da diplomacia brasileira (SOARES DE LIMA, 2005).

A alternativa de cooperação Sul-Sul para enfrentar as dificuldades impostas internacionalmente começou a fazer parte da política exterior de países caracterizados como *system-affecting states* e também dos “grandes mercados emergentes” (SARAIVA, 2007). Soares de Lima, ao utilizar a definição de Keohane, classifica os *system-affecting states* como países que dispõem de recursos e de capacidades relativamente limitadas em relação às potências, mas que através da ação coletiva e das instâncias multilaterais procuram exercer algum grau de poder e influenciar decisões a nível internacional. Em relação aos “grandes mercados emergentes”, define-os como os “grandes países da periferia” (SOARES DE LIMA, 2005, p. 02) que implementaram a privatização, a liberalização comercial, a desregulamentação da economia e a reforma do Estado. Para esses países, a mobilização coletiva com países da mesma situação seria subestimada, prevalecendo a cooperação com os países desenvolvidos.

No caso do Brasil, pode-se perceber a existência de duas correntes diferentes em relação à estratégia de inserção internacional do Brasil e, conseqüentemente, sobre iniciativas de cooperação no eixo Sul-Sul. SOARES DE LIMA (2005) classifica essas duas correntes como “autonomista” e da “credibilidade”. Esta última considera que os benefícios da globalização só podem ser alcançados através de reformas internas para a expansão da economia e que somente o fortalecimento das instâncias multilaterais pode frear as medidas tomadas de forma unilateral pelas nações de maior poder, sendo que a autonomia nacional está relacionada à capacidade do país em cooperar para a criação de normas e de instituições internacionais. Dessa forma, o país deveria ajustar suas ações no âmbito internacional às suas capacidades, estando a credibilidade internacional do país relacionada à ligação entre a sua política externa e a sua política econômica interna. Já a corrente autonomista seria a que combina o objetivo de projetar o Brasil internacionalmente com um maior grau de flexibilidade e de liberdade da política externa. Ela prega a superação dos desequilíbrios internos do país em primeiro lugar e uma inserção internacional do país através da aproximação com países que tenham

interesses parecidos, dando evidente destaque para a cooperação com países do eixo Sul-Sul. Já Saraiva (2007) divide as correntes entre os autonomistas, assim como Soares de Lima, e os “liberais”. Essa corrente seria composta por aqueles que dão mais importância ao apoio brasileiro a regimes internacionais, defendendo que a inserção nacional do país deve se dar através de uma “soberania compartilhada” e da “autonomia pela participação”. A denominação “liberal” estaria relacionada ao apoio desse grupo aos valores da ordem internacional de caráter liberal. (SARAIVA, 2007)

A partir do governo Lula, a estratégia de inserção nacional brasileira passou a ser a da corrente autonomista, dando uma atenção muito maior à concertação com países desenvolvidos e contrapondo as crenças do governo anterior baseadas na estratégia da credibilidade, apesar de haverem semelhanças na orientação desses dois governos. Enquanto a estratégia da credibilidade estaria mais relacionada à visão do país como “mercado emergente”, a visão autonomista do governo Lula se aproxima mais da identificação do Brasil como um *system-affecting state*. A principal diferença a partir do governo Lula, em relação ao período anterior, é o modo como é vista a ordem internacional. A partir desse período, o predomínio dos EUA entra em questão, dando espaço a uma visão mais matizada da ordem internacional, na qual, embora os EUA ainda possuam considerável predomínio, o mundo é visto como menos hegemônico e mais competitivo, havendo, então, a possibilidade de ações contra-hegemônicas. Dessa forma, a ação por meios multilaterais se torna importante para conter as ações unilaterais estadunidenses. Observa-se, então, uma maior força para políticas que visam equilibrar as desigualdades sistêmicas através da cooperação Sul-Sul (SOARES DE LIMA, 2005).

As estratégias de cooperação Sul-Sul utilizadas pelo Brasil permeiam tanto o meio bilateral, quanto o meio multilateral. Isto é, buscou-se uma aproximação dos países do Sul através dos mecanismos multilaterais (com destaque para as negociações no âmbito da OMC) e através da firmação de acordos em termos individuais. A formação de parcerias estratégicas entre o Brasil e países em desenvolvimento, criando planos de ação para a cooperação, está incluída nessa estratégia (SARAIVA, 2007).

É preciso destacar, no entanto, que a cooperação Sul-Sul não visa a substituir as relações entre o Brasil e os países desenvolvidos. A cooperação com os países em desenvolvimento seria complementar às relações com os EUA e a União Europeia, uma vez que as oportunidades e o acesso ao mercado desses países já alcançou o seu limite, enquanto que o relacionamento com países em desenvolvimento representam novas vantagens e novas oportunidades (SOARES DE LIMA, 2005).

O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA AMÉRICA LATINA: COOPERAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO

As relações com a América Latina ganharam uma nova perspectiva nas relações exteriores brasileiras a partir do governo Lula. No caso dos países da América Central e Caribe, as relações foram ampliadas, além de haver um aumento nas transações comerciais entre o Brasil e esses países (BRASIL, 2008, p.198). Já a América do Sul foi colocada como prioridade da política externa brasileira, a fim de substituir o “comportamento tímido e espasmódico com nossos vizinhos e o distanciamento em relação a problemas muitas vezes comuns, criando novas possibilidades de coordenação política bilateral e de atuação concertada na área internacional” (BRASIL, 2003, p.242).

A prioridade dada à cooperação com os países da América do Sul pode ser justificada pela proximidade geográfica e a coordenação política entre o Brasil e esses países, o que facilita projetos de cooperação e de integração (ITAMARATY, 2010a). Essa priorização levou a um crescimento de quatro vezes no volume de comércio entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos entre os anos de 2002 e 2008. Além disso, a América do Sul veio a se tornar o principal destino para os investimentos feitos por empresas brasileiras no exterior, o que foi possível graças ao desenvolvimento de acordos comerciais e de regularizações entre os países da região. Essa aproximação do Brasil em relação aos países da América do Sul se deu em áreas como infra-estrutura, investimentos, turismo, defesa, comércio, políticas públicas, entre outras (ITAMARATY, 2010a).

Um dos principais projetos de aproximação, cooperação e integração atualmente ativo na América do Sul é o projeto da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas).

Desde a iniciativa do governo brasileiro, em 2004, de criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), o país tem trabalhado juntamente com seus vizinhos a favor da integração e da cooperação na América do Sul. Com a assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL em 2008, foi criando um compromisso entre os países sul-americanos em relação a esse processo. O objetivo da UNASUL é de aumentar os vínculos entre os países sul-americanos, as relações comerciais, os investimentos e a cooperação. Os resultados dessa cooperação visam ao desenvolvimento, à paz, ao incremento do mercado interno sul-americano e ao aumento da capacidade competitiva desses países no mercado internacional (ITAMARATY, 2010a).

Além de abrir mercados para o Brasil, a cooperação com os países da América do Sul ao nível de integração também possibilita um fortalecimento do país e de sua atuação internacional, o que também está de acordo com a ideia de liderança buscada pelo Brasil em relação à região. Outro importante objetivo em relação à cooperação brasileira com os países sul-americanos é garantir a independência da região em relação aos grandes pólos de poder do cenário internacional, ao mesmo tempo em que são reforçadas as relações desses países com o Brasil. Essa ideia fica explícita na Mensagem ao Congresso Nacional do ano de 2004:

“Um mundo multipolar está emergindo, como demonstra o processo de ampliação da União Européia; o célere desenvolvimento da China; a afirmação da Índia; a recuperação nítida da Rússia; a articulação do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA). Nesse mundo multipolar, nem o Brasil nem a América do Sul podem ser absorvidos por qualquer um desses pólos.” (BRASIL, 2004, p.201)

Ainda no âmbito da América do Sul, o fortalecimento do MERCOSUL passou a ser a prioridade central da política externa brasileira (BRASIL, 2005, p.239). Sendo o projeto de integração de maior importância na política externa, o Brasil visa a estreitar cada vez mais os laços e as relações com os países que o compõem, firmando acordos de cooperação em diversas áreas. Além de promover a integração comercial entre os países, facilitando o fluxo de mercadorias e as oportunidades mercadológicas entre os vizinhos da Bacia do Prata, o MERCOSUL também promove o fortalecimento e a

inserção desses mercados no âmbito internacional, uma vez que são promovidas relações comerciais com países não participantes (ITAMARATY, 2010a). Um bom exemplo são os Acordos de Livre Comércio Mercosul-Israel (ITAMARATY, 2007b) e Mercosul-Egito (ITAMARATY, 2010c), o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU (União Aduaneira da África Austral) de 2009 (ITAMARATY, 2009) e as negociações ainda em andamento entre Mercosul e União Europeia (ITAMARATY, 2010d).

Além do aspecto econômico e comercial existente no Mercosul, existem também outras áreas nas quais existem projetos de cooperação entre os países pertencentes, promovendo a correção das assimetrias estruturais dentro do grupo, a integração produtiva, a cooperação científico-tecnológica e a cooperação energética³. O Mercosul possui uma importância que vai além do aspecto comercial, a cooperação entre esses países cria certa estabilidade regional, uma vez que “gera uma cadeia de interesses e relações que aprofunda as ligações, tanto econômicas quanto políticas, e neutraliza tendências à fragmentação” (ITAMARATY, 2010a).

No aspecto de cooperação bilateral, o projeto de maior importância para o Brasil são as relações com a Argentina. Devido à sua importância, essas relações são chamadas, muitas vezes, de “aliança estratégica”, sendo que essa aliança seria o “motor de uma integração sul-americana consistente” (BRASIL, 2003, p.253). Apesar da inconstância histórica dos laços entre Brasil e Argentina, nas últimas décadas essas relações se mostram estreitas e de extrema importância para a política externa de ambos os países. Existem vários acordos de cooperação entre os dois, sendo alguns sobre as áreas industrial, de energia nuclear, científico-tecnológica, econômica, comercial, técnica, educativa, espacial, saúde, defesa, além das questões fronteiriças e outros acordos. O Brasil também possui um vasto número de projetos de cooperação com outros países da América do Sul, sendo eles: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Suriname, Uruguai e Venezuela⁴.

³ Maiores informações no site oficial do MERCOSUL.

⁴ Mais informações no site oficial da Agência Brasileira de Cooperação.

No que tange a América Central e os países caribenhos, a meta do Brasil durante o governo Lula foi de intensificar não só as relações comerciais, mas também as relações diplomáticas. Foram abertas novas embaixadas e assinados inúmeros acordos de cooperação. A cooperação científico-tecnológica sofre uma demanda cada vez maior na região, uma vez que o status do Brasil de país em desenvolvimento faz de sua presença um contraponto “à cooperação estritamente vertical prestada pelos países desenvolvidos” (ITAMARATY, 2010a), um dos grandes objetivos da cooperação Sul-Sul.

O Brasil não só possui capacidade de intercambiar conhecimentos científico-tecnológicos de forma geral, mas também possui outras áreas de conhecimento mais específico que são de grande interesse à região devido a algumas características em comum em relação a esses países. Isso se mostra no grande interesse para a cooperação em áreas como a agricultura de produtos tropicais, produção de biocombustíveis, energética, e de aproveitamento de recursos hídricos. Há projetos de cooperação também em outras áreas como a nanotecnologia, o sistema de televisão digital e o controle meteorológico. (BRASIL, 2011).

Um dos impulsos ao fortalecimento das relações do Brasil com os países da região foi o fato de o Brasil obter o status de país observador da Comunidade Caribenha (CARICOM) e a sua participação na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti) a partir de 2004 (ITAMARATY, 2010a). Desde então, o Brasil passou a ser mais procurado pelos países do Caribe para a formação de projetos de cooperação e de desenvolvimento. Com a Cúpula Brasil-CARICOM em abril de 2010, a aproximação do Brasil com os países Caribenhos tomou mais forma, a partir de então foram abertas novas embaixadas e assinados 48 diferentes acordos bilaterais entre o Brasil e países do CARICOM (ITAMARATY, 2010a). Esses acordos deram um novo impulso à cooperação em campos como a agricultura, saúde, educação, cultura e cooperação técnica, fornecendo instrumentos legais para que fossem efetivados os projetos de cooperação. Essa ampliação dos projetos de cooperação se refletiu em um aumento dos investimentos brasileiros nos países do Caribe e da América Central, na

maior presença de empresas brasileiras e no incremento do fluxo comercial com esses países (BRASIL, 2010).

Bilateralmente, o mais significativo projeto de cooperação do Brasil na região se dá no Haiti. Além da presença brasileira no comando da MINUSTAH, o Brasil mantém um forte projeto de cooperação com o país a fim de auxiliar a sua reestruturação e de projetar a liderança brasileira na região. A cooperação técnica com o Haiti se dá principalmente através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e suas prioridades se dão em torno de quatro eixos principais: fomento da capacidade da cidadania haitiana; fortalecimento da governabilidade política; melhoramento da economia e modernização do Estado e estimulação a investimentos na economia; e melhoramento do acesso aos serviços básicos para grupos vulneráveis. As principais áreas compreendidas pelo projeto de cooperação a fim de satisfazer tais objetivos são: agricultura, saúde, meio ambiente, segurança alimentar, prevenção à violência de gênero, saneamento básico, alimentação escolar, tecnologias sociais e educação técnico-profissional (Agência Brasileira de Cooperação – ABC, 2008).

De forma mais geral, o Brasil também teve a iniciativa de convocar a Cúpula da América Latina e Caribe (CALC) em 2008, que, além de obter a presença de todos os 33 países da região, também é a primeira reunião desses países que não é patrocinada por potências de fora da região (ITAMARATY, 2010a). Esse fato reforça a ideia de que o Brasil procura se projetar como uma liderança na região, equilibrando a presença de outras potências extrarregionais. Graças aos projetos de cooperação e a nova prioridade dada às relações com os países da América Latina, houve um processo de aproximação do Brasil com esses países, o que pode ser visto não só nos inúmeros projetos de cooperação firmados com os países da região, mas também no incremento do fluxo comercial do Brasil em relação a eles.

O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA ÁSIA: TECNOLOGIA E PARCERIAS ESTRATÉGICAS

A intensificação da cooperação com os países asiáticos durante o governo Lula se deve, em grande parte, ao dinamismo e ao crescimento dos mercados asiáticos. A

oportunidade de estreitar os laços com esses países é extremamente vantajosa para a diversificação de parceiros do Brasil. A alta capacidade de consumo desses mercados, além da demanda brasileira por investimentos e por tecnologia de ponta, são os principais pontos de interesse do Brasil no continente asiático. Já o interesse dos países asiáticos na cooperação com o Brasil se dá pela capacidade de o país fornecer insumos básicos e produtos alimentícios aos crescentes mercados asiáticos (ITAMARATY, 2010a).

A grande absorção das exportações brasileiras no mercado asiático e as grandes oportunidades de investimento nesses mercados levam a um sucesso na política de diversificação da dependência econômica brasileira, uma vez que o Brasil passa a depender menos dos tradicionais mercados de países desenvolvidos, tendo maior capacidade de responder a políticas mercadológicas e outras exigências por parte desses países. Esse fato permitiu com que o Brasil conseguisse enfrentar a crise financeira mundial, que reduziu a demanda dos países desenvolvidos por matérias-primas e insumos vindos de países como o Brasil. Além disso, o Brasil passar ter mais opções para a obtenção de novas tecnologias, uma vez que o continente asiático possui um grande dinamismo científico-tecnológico. Em relação à cooperação multilateral, verifica-se uma grande participação de parceiros asiáticos em mecanismos multilaterais nos quais o Brasil se faz presente, são exemplos o G-20 financeiro, o BRIC, o IBAS e o BASIC (ITAMARATY, 2010a).

Alguns dos maiores e mais importantes projetos de cooperação do Brasil com o continente asiático são os realizados com a China. São de extrema importância essas relações para ambos os países, de forma que passam a ter o status de parceria estratégica. Com o aumento no fluxo comercial, a China se tornou o primeiro destino das exportações brasileiras, além de ser o principal parceiro comercial do Brasil no ano de 2009 (BRASIL, 2010, p.299). É intensa também a cooperação na área científico-tecnológica entre os países, que permite maior acesso à tecnologia de ponta por parte do Brasil. O programa de maior destaque nessa área é em relação à tecnologia espacial através do programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), além de ser o primeiro resultado da parceria estratégica entre os países, o projeto é considerado “o

mais bem sucedido programa de cooperação científica entre países em desenvolvimento” (ITAMARATY, 2010a). Existe também uma cooperação na área energética, principalmente em relação ao uso de biocombustíveis e a tecnologias de mineração, bem como um interesse mútuo em programas de redução da pobreza em ambos os países (ITAMARATY, 2004a).

Outro país com grande peso nos projetos de cooperação Sul-Sul do Brasil é a Índia. Desde 2006, a relação de cooperação entre os países passou a adquirir o status de parceria estratégica (ITAMARATY, 2006). O país também faz parte de um dos mais importantes projetos de cooperação Sul-Sul brasileiro: o fórum de diálogo IBAS. Em relação à área econômica, além de serem criados grupos de monitoramento do comércio entre os países, o intercâmbio comercial Brasil-Índia (somando-se fluxo de exportação e de importação) passou de cerca de 1 bilhão de dólares em 2003, para 7,7 bilhões de dólares em 2010 (MDIC). Quanto à cooperação científico-tecnológica, são abarcados projetos de pesquisa espacial, informática, farmacologia, biotecnologia e de desenvolvimento energético, especialmente na área dos biocombustíveis. Na área de defesa, são desenvolvidos projetos conjuntos de cooperação de pesquisa e desenvolvimento, além do comércio de produtos de defesa existente entre os países (ITAMARATY, 2010a). Os problemas com a pobreza e a desigualdade, comum entre os países, também levam à cooperação no âmbito social, com projetos de combate à fome e ao analfabetismo. Multilateralmente, o Brasil e a Índia possuem uma tradição de cooperação (ITAMARATY, 2007a), um exemplo é a defesa da reforma do Conselho de Segurança da ONU, do qual ambos os países ambicionam fazer parte.

Além das relações com as duas grandes economias em desenvolvimento, o Brasil mantém relações com outros países asiáticos. A Indonésia, por exemplo, recebe o maior investimento brasileiro do sudeste asiático (ITAMARATY, 2010a), além disso, em 2008, foi estabelecida uma parceria estratégica entre os países, que abrange a cooperação nos campos políticos, energético, econômico, científico-tecnológico e sociocultural (ITAMARATY, 2008).

No quadro de cooperação Sul-Sul prestada, também é importante ressaltar as relações do Brasil com o Timor Leste. Desde 2000, o Brasil vem oferecendo cooperação

técnica ao país a fim de auxiliar a sua reestruturação após o término do domínio da Indonésia⁵. A cooperação se dá principalmente nas áreas da educação, da agricultura, de técnicas de produção, de formação profissional e no âmbito sociocultural, este último devido principalmente à afinidade cultural linguística, sendo que ambos os países pertencem à CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

O Brasil também passou a intensificar a cooperação com os países do Oriente Médio, que possuem uma dinâmica diferenciada em relação aos outros países asiáticos. Além da tentativa em contribuir para a promoção da paz na região, o Brasil também aumentou as atividades diplomáticas em relação ao Oriente Médio. Uma aproximação foi estabelecida com a Cúpula América do Sul – Países Árabes, que visa a promover a aproximação comercial, econômica, científico-tecnológica e cultural entre os países (BRASIL, 2006, p. 181). A assinatura de alguns instrumentos relacionados à cooperação agrícola com a região também apresentam um futuro promissor devido à necessidade desses países em importar um grande número de produtos agrícolas e a oportunidade de exportação desses produtos por parte do Brasil (ITAMARATY, 2010a). Também existe um interesse na cooperação energética devido à posição que esses países ocupam mundialmente em relação à produção de combustíveis fósseis e à importância que o Brasil vem adquirindo como produtor de biocombustíveis (ITAMARATY, 2010a).

O BRASIL E A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA ÁFRICA: SOLIDARIEDADE E AMPLIAÇÃO DA PRESENÇA BRASILEIRA

A fim de compensar a desaceleração nas relações com os países africanos, foi dada atenção prioritária para a aproximação com esses países durante o governo Lula, formando novos laços de cooperação. Graças a essa política, aumentou o comércio brasileiro com esses países e também a atuação das empresas brasileiras no continente. A fim de promover as relações econômicas e comerciais, foram assinados acordos comerciais tanto por parte do Brasil, quanto por parte do MERCOSUL com países e instituições africanas (ITAMARATY, 2010a), exemplo disso é o já mencionado acordo

⁵ Para detalhes sobre as informações, ver site oficial da ABC.

entre o MERCOSUL e o Egito. Ainda em relação à cooperação comercial, de acordo com a UNCTAD (ITAMARATY, 2010a), o Brasil é o 11º parceiro comercial da África.

No âmbito político-diplomático, a política de aproximação com o continente africano se refletiu na abertura de novas embaixadas e no número de visitas do presidente ao continente africano (29 ao todo), maior que a somatória de todas as visitas de todos os presidentes anteriores (ITAMARATY, 2010a). Essas medidas contribuíram muito para a aproximação e o aumento da cooperação entre o Brasil e os países africanos.

Na área tecnológica, a cooperação com o Brasil adquire importância, pois é vista como alternativa à dependência da cooperação Norte-Sul dos países africanos em relação aos países desenvolvidos. A cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a África ganhou seu principal impulso com o lançamento do Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (PROÁFRICA) do Ministério da Ciência e Tecnologia brasileiro. Esse programa prevê o financiamento de pesquisas com profissionais africanos e a promoção de projetos estratégicos na área de ciência e tecnologia.

Foi intensificada, também, a cooperação no setor defesa. Durante o governo Lula, o Brasil assinou Acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com sete países africanos (África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Guiné Equatorial, Nigéria e Senegal). Ainda nesse âmbito, foram realizadas atividades na área de formação militar (ITAMARATY, 2010a).

No plano multilateral, o Brasil procura uma aproximação em relação à União Africana com o objetivo de acompanhar mais de perto suas atividades, de estabelecer novos mecanismos para a cooperação com os seus países membros e de complementar o relacionamento que o Brasil possui com cada país no plano bilateral. Essa cooperação com a UA, tem tornado mais fácil a implementação de projetos de cooperação técnica brasileiros no continente africano, além de dar maior legitimidade às iniciativas brasileiras e melhorar a sua capacidade de atuação, uma vez que possibilita ao Brasil um maior conhecimento da realidade africana (ITAMARATY, 2010a).

Também no plano multilateral, o Brasil promove uma cooperação entre os blocos do MERCOSUL e SACU. Resultado das negociações anteriores entre MERCOSUL e África do Sul, as atuais negociações entre os blocos visam a um futuro Acordo de Livre Comércio (ITAMARATY, 2010a). Atualmente, a cooperação entre os blocos se encontra no nível de um acordo de preferências tarifárias fixas, ou seja, um Acordo Comercial Preferencial. O texto do acordo, assinado por ambos os blocos, prevê, além das preferências tarifárias, ações de cooperação aduaneira, cooperação mútua sobre normas e regulamentos técnicos e cooperação em relação a medidas sanitárias com o objetivo básico de facilitar o acesso a ambos os mercados (MERCOSUL; SACU, 2009). Outro projeto de continuação e ampliação dessa cooperação é planejado entre MERCOSUL, SACU e Índia a fim de intensificar a cooperação e as relações entre três importantes regiões em desenvolvimento.

Outro cenário de grande cooperação brasileira entre países em desenvolvimento ocorre no âmbito da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Dentro desse grupo, a cooperação Sul-Sul se dá mais precisamente entre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), o Timor-Leste e o Brasil. A cooperação existente entre os países do PALOP e o Brasil é uma importante parte da cooperação entre Brasil e África. Grande parte dos recursos da ABC para a cooperação técnica é destinado para os programas com os países do PALOP. Além da cooperação cultural em detrimento das semelhanças existentes em função da língua comum, existem outros setores nos quais são realizados projetos de cooperação entre os países. Grande parte dos projetos se destina ao desenvolvimento econômico e social desses países, para isso, os acordos de cooperação englobam áreas como a da saúde, a técnica, a empresarial, a econômica e a científico-tecnológica (ITAMARATY, 2004b). Além da área cultural, outras semelhanças entre os países fazem com que eles se tornem parceiros singulares para a cooperação. O conhecimento do Brasil em áreas estratégicas para o desenvolvimento desses países, a exemplo da agricultura tropical e do combate de problemas como o HIV, a malária e a fome, torna esse canal de cooperação muito vantajoso para os envolvidos (ITAMARATY, 2010a).

Outro importante destino dos recursos voltados para a cooperação com a África são os países membros do Cotton-4 (Benin, Burkina Faso, Chade e Mali). Esses países carecem de tecnologia para um melhor aproveitamento de suas lavouras, principalmente no controle de pragas, no manejo do solo e em questões de gestão. Além do auxílio tecnológico à cultura de algodão, os projetos de cooperação também se baseiam nos setores econômicos, ambiental e da segurança alimentar, de modo que o impacto da cooperação gere benefícios na vida dos cidadãos desses países⁶.

Em relação à cooperação do âmbito da formação e capacitação de profissionais, um dos mais importantes projetos do Brasil na África é a parceria com o SENAI na instalação de centros de formação profissional a fim de enfrentar um dos mais graves problemas do desenvolvimento africano: a escassez de mão-de-obra qualificada. A instalação desses centros se dá em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. A qualificação dos profissionais se dá em algumas áreas como a da construção civil, da eletricidade, do vestuário e da informática⁷.

No âmbito bilateral, o projeto de cooperação Sul-Sul mais importante para o Brasil no continente africano é o levado a cabo com a África do Sul. Além de fazer parte do fórum de diálogo IBAS, o Brasil firmou com a África do Sul um plano de parceria estratégica em julho de 2010. Esse plano intensifica e cria várias áreas de cooperação entre os países. Comprometem-se a cooperar e promover consultas nos campos político, diplomático e estratégico e de direitos humanos, principalmente através de uma Comissão Mista e de consultas bilaterais. A cooperação também se dá nas áreas da educação (com um grande estímulo ao intercâmbio de estudantes), da defesa, da economia, do comércio, da agricultura, da ciência e tecnologia, da cultura, da saúde e da energia, entre outras (ITAMARATY, 2010b). Além disso, também há cooperação entre os países no âmbito multilateral, a exemplo da defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

⁶ Maiores informações no site da ABC sobre cooperação técnica Sul-Sul prestada para a África:
<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaAfricaCotton4.asp>

⁷ Maiores informações no site da ABC sobre os projetos em destaque:
<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaProjetosDestaqueCFP.asp>

Atualmente, um dos maiores projetos levados a cabo entre Brasil e África do Sul é o da produção do míssil A-Darter. O projeto, que se iniciou em 2006, tem investimento dos dois países e é fruto da cooperação da Força Aérea Brasileira e da Força Aérea da África do Sul, sendo que a sua propriedade intelectual é compartilhada. Esse gênero de mísseis é produzido por um número restrito de países (apenas EUA, Inglaterra, França, Alemanha e Rússia desenvolvem esse tipo de míssil) e a sua venda é limitada. Dessa forma, o projeto permite uma maior capacitação da indústria bélica dos dois países e uma inserção destes no mercado bélico mundial (RANGEL, 2010). Desse modo, afirma-se que com a política de priorização da África do governo Lula:

“...foi possível avançar nos objetivos da política externa brasileira, tais como a promoção do comércio, turismo e investimento entre Brasil e África; a disseminação de informações sobre os biocombustíveis; a cooperação técnica, educacional, esportiva e em ciência e tecnologia; e os contatos na área de defesa e para a promoção dos direitos humanos.” (BRASIL, 2010, p. 298)

O FÓRUM DE DIÁLOGO IBAS: PARCERIA HORIZONTAL

O fórum de diálogo IBAS, criado em 2003, tem o objetivo de ser um mecanismo de coordenação entre Índia, Brasil e África do Sul a fim de aumentar a atuação desses países no sistema internacional através da cooperação em várias áreas. A semelhança entre os países em detrimento de seu status de nações em desenvolvimento é uma das principais razões dadas para a existência do fórum. Com a criação de vários projetos a partir da estrutura do fórum, o IBAS também vem promovendo uma maior interligação entre os três países participantes.

O fórum não possui um documento constitutivo, sendo que seu funcionamento se iniciou com a Declaração de Brasília e, atualmente, existem vários acordos que pautam as atividades dos três países em diferentes setores de cooperação. A informalidade do grupo contribui para uma maior agilidade e também para a existência de certa flexibilidade em suas ações. Além disso, o grupo possui uma característica relativamente diferenciada ao associar países de diferentes continentes, sem

proximidade geográfica, baseado nas visões e necessidades compartilhadas por eles (ITAMARATY, 2010a).

As atividades do fórum podem ser classificadas em três eixos básicos: concertação política, cooperação setorial e fundo IBAS. Em relação à concertação política, é nesse eixo em que os três países realizam consultas e discutem as suas posições em relação aos temas da agenda global. Com um maior diálogo entre Brasil, Índia e África do Sul, é possível se chegar a uma posição comum e a entendimentos sobre as diferentes questões internacionais, o que beneficia a atuação desses países, uma vez que passam a agir de forma mais unida ao invés de tentar agir individualmente (ITAMARATY, 2010a).

No eixo da cooperação setorial, 16 Grupos de Trabalho servem de mecanismo para promover a cooperação e a troca de conhecimento entre os países em diferentes áreas. Esses Grupos de Trabalho abrangem as seguintes áreas: agricultura, cultura, defesa, educação, energia, meio ambiente, saúde, assentamentos humanos, sociedade de informação, administração pública, administração tributária e aduaneira, ciência e tecnologia, desenvolvimento social, comércio, transporte e turismo⁸.

Já o Fundo IBAS constitui uma ação pioneira em questão de projetos de cooperação Sul-Sul, uma vez que seu princípio é o de disseminar projetos de cooperação a outros países em desenvolvimento fora do fórum IBAS. Esses projetos funcionam através de mecanismos de cooperação Sul-Sul e de acordo com as demandas por projetos existentes. Apesar do fato de seus recursos serem um pouco modestos, os projetos realizados pelo fundo apresentam uma considerável qualidade (ITAMARATY, 2010a). O Fundo IBAS recebeu o Prêmio de Parceria Sul-Sul da ONU em 2006 por sua iniciativa e o MDG Awards 2010 (para projetos voltados para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio).

Assim, o IBAS representa a institucionalização da parceria entre Brasil, Índia e África do Sul, tendo como objetivo promover a cooperação em “um amplo leque de temas, que vão do comércio até a questão de segurança internacional” (VIGEVANI, CEPALUNI, 2007, p. 296). Na agenda destes países, além da cooperação técnica e

⁸ Exatamente como no site oficial do IBAS: <http://www.ibsa-trilateral.org>

possibilidades de integração de articulação entre países de desenvolvimento similar, estão as questões políticas de reordenamento do sistema internacional pós-Guerra Fria e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. (VIGEVANI, CEPALUNI, 2007, p. 298.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperação no eixo Sul-Sul, além de expandir as relações comerciais do Brasil com os países em desenvolvimento de forma que, em 2006, esses países passaram a ser o destino de mais de 50% das exportações brasileiras (BRASIL, 2006, p.180), também conta com formas de cooperação em áreas como a tecnológica, econômica, agrícola, técnica, cultural e securitária. Desde os primeiros anos do governo Lula, foram assinados inúmeros acordos de cooperação com países em desenvolvimento em diferentes áreas e foram ampliados os programas de cooperação técnica em relação a esses países de acordo com a política de adensamento do diálogo Sul-Sul. A cooperação técnica consiste na transferência de conhecimento técnico a fim de promover a autonomia dos países envolvidos, sendo que o Brasil mantém relações de cooperação técnica Sul-Sul com a América Latina, África e alguns países da Ásia e Oceania.⁹

Em cada programa de cooperação desenvolvido, observa-se uma variedade de objetivos. A cooperação brasileira com os países asiáticos se destaca pela busca de novos investimentos e de maior desenvolvimento em áreas de tecnologia de ponta de forma mais independente dos países do Norte, além de buscar um melhor aproveitamento da capacidade de absorção do mercado asiático. Em relação à América do Sul, é clara a intenção de incentivar a integração entre os países e, no caso dos países caribenhos, o Brasil se mostra como uma nova opção de parceria aos países do Norte. Situação semelhante se observa com a cooperação no continente africano, onde o Brasil procura reforçar sua presença, que até então vinha decaindo.

Tendo tudo isso em vista, pode-se chegar à conclusão de que, para a política externa brasileira, a cooperação Sul-Sul é uma das principais estratégias para o aumento da inserção e da importância do Brasil internacionalmente. Essa cooperação não é

⁹ Maiores informações no site oficial da Agência Brasileira de Cooperação: <http://www.abc.gov.br/>.

somente o resultado de uma resposta necessária às restrições do sistema internacional, mas também uma estratégia que vai além desses constrangimentos, buscando um novo papel internacional para o Brasil. É por meio da cooperação que a política externa brasileira procura se tornar cada vez menos dependente dos mercados e políticas dos países desenvolvidos na tentativa de se afirmar como país de forte presença internacional, podendo atuar de forma mais competitiva na defesa de seus interesses.

REFERÊNCIAS

FONTES

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Página no site oficial sobre a cooperação técnica Sul-Sul prestada para a África.** Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaAfricaCotton4.asp>>

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Página no site oficial sobre os projetos em destaque.** Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaProjetosDestaqueCFP.asp>>

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Documento sobre a cooperação Brasil-Haiti.** Disponível em:
<http://www.abc.gov.br/download/txtCooperacaoBrasilHaiti_p.pdf>

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Documento sobre os projetos de cooperação entre Brasil e Haiti, 2008.** Disponível em:
<<http://www.abc.gov.br/download/projetosAcordos2008Haiti.pdf>>

BRASIL (Luis Inácio Lula da Silva). **Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional, 2003.**

BRASIL (Luis Inácio Lula da Silva). **Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional, 2004.**

BRASIL (Luis Inácio Lula da Silva). **Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional, 2005.**

BRASIL (Luis Inácio Lula da Silva). **Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional**, 2006.

BRASIL (Luis Inácio Lula da Silva). **Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional**, 2007.

BRASIL (Luis Inácio Lula da Silva). **Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional**, 2008.

BRASIL (Luis Inácio Lula da Silva). **Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional**, 2009.

BRASIL (Luis Inácio Lula da Silva). **Mensagem do Presidente ao Congresso Nacional**, 2010.

IBAS. **Site oficial do IBAS** < <http://www.ibsa-trilateral.org> >.

ITAMARATY. Nota 213, **Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, 24/05/2004, 2004a**, notas à imprensa do site do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>>

ITAMARATY. Nota 315: **V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-** Declaração de São Tomé 27/07/2004, 2004b, notas à imprensa do site do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>>

ITAMARATY. Nota 562, **Visita Oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro da República da Índia, Manmohan Singh** - Comunicado Conjunto, 12/09/2006, notas à imprensa do site do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>>

ITAMARATY. Nota 267, **Visit to India of the President Luiz Inácio Lula da Silva – Joint Communique**, 05/06/2007, 2007a, notas à imprensa do site do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>>

ITAMARATY. Nota 623, **Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel**, 18/12/2007, 2007b, notas à imprensa do site do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>>

ITAMARATY. Nota 648, **Visita ao Brasil do Presidente da República da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono** - Declaração Conjunta, 18/11/2008, notas à imprensa do site do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>>

ITAMARATY. Nota 154, **Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU**, 06/04/2009, notas à imprensa do site do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>>

ITAMARATY. **Balço de Política Externa 2003/2010**, 2010a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>>

ITAMARATY. Nota 439, **Atos assinados por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África do Sul** – 8 e 9 de julho de 2010, 09/07/2010, 2010b, notas à imprensa do site do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>>

ITAMARATY. Nota 491, **Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito**, 02/08/2010, 2010c, notas à imprensa do site do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>>

ITAMARATY. Nota 712, **Negociações Mercosul – União Europeia**, 08/12/2010, 2010d, notas à imprensa do site do Itamaraty. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa>>

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Site oficial da Agência Brasileira de Cooperação**: <<http://www.abc.gov.br/>>

DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS. Site oficial da Divisão de Atos Internacionais: <<http://www2.mre.gov.br/dai/Home.htm>>

MERCOSUL; SACU. **Acordo de Comércio Preferencial entre MERCOSUL e SACU, 2009**. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dnc/P_Texto_Principal.pdf>

MERCOSUL. **Site oficial do MERCOSUL** <<http://www.mercosur.int>>

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. **Site oficial do Ministério da Ciência e da Tecnologia**: <<http://www.mct.gov.br/>>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO EXTERIOR. **Site oficial do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior**: <<http://www.mdic.gov.br>>

BIBLIOGRAFIA

ALTEMANI, Henrique e LESSA, Antônio. **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

LESSA, Antônio Carlos, Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010), **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 53 (special edition), 2010. p.115-131. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53nspe/v53nspea07.pdf>

PECEQUILO, Cristina Soreanu, A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical, **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 51 (2), pág. 136-153, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf>

RANGEL, Rogério, Brasil e África do Sul: desenvolvimento de novo míssil, **Revista Inovação em Pauta**, nº 9, Defesa, maio/junho 2010, FINEP. Disponível em: http://www.finep.gov.br/imprensa/revista/edicao9/inovacao_em_pauta_9_defesa.pdf

RODRIGUES, Diogo de Freitas, Cooperação horizontal Sul-Sul: arranjos de concertação política entre a Índia, o Brasil e a África do Sul, **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 53(1), pág. 45-66, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a03v53n1.pdf>

SARAIVA, Miriam Gomes, As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007, **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 50(2), pág. 42-59, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2.pdf>

SOARES DE LIMA, Maria Regina, A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul, **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 48(1), pág. 24-59, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>

VIZENTINI, Paulo, SILVA, André. Brazil and the economic, political and environmental multilateralism: the Lula years. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2010, Edição Especial, p. 54-72. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0034-73292010000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=en

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**. 29(2): 273-335, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0102-85292007000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Artigo recebido dia 10 de setembro de 2012. Aprovado em 23 de setembro de 2012.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a cooperação Sul-Sul desenvolvida durante do governo Lula, nos marcos das transformações ocorridas na política externa brasileira recente. Inicialmente, discute o conceito de cooperação Sul-Sul e sua importância para a inserção internacional do País. Posteriormente, analisa as prioridades e os projetos articulados para os países em desenvolvimento, bem como estuda o caso da “cooperação horizontal” promovida no âmbito do IBAS. A principal hipótese é que a cooperação Sul-Sul desenvolvida durante o Governo Lula tem um caráter flexível, adaptado as múltiplas realidades dos países em desenvolvimento. Muito além da dimensão de solidariedade, a cooperação Sul-Sul do governo Lula teve um caráter pragmático, seja para reforçar parcerias estratégicas, para ampliar a presença em amplas regiões, ou para ampliar o comércio.

PALAVRAS-CHAVE

Governo Lula, Política Externa, Cooperação Sul-Sul.

ABSTRACT

The present paper has the objective of analyzing the South-South cooperation developed during the Lula government within the framework of the transformations occurred in the recent Brazilian foreign policy. First, the concept of South-South cooperation is discussed and also its importance for the international insertion of the country. Afterwards, it analyzes the priorities and the projects aiming the developing countries, as well as it studies the case of the “horizontal cooperation” promoted in the IBAS scope. The principal hypothesis is that South-South cooperation developed during the Lula government has a flexible character, adapted to the multiple realities of the developing countries. Way further than the dimension of solidarity, the South-South cooperation of the Lula government had a pragmatic character, may that be used either to reinforce its strategic partnerships, to enlarge its presence in a diverse number of regions, or to expand its commerce.

KEYWORDS

Lula Government, Foreign Policy, South-South Cooperation.